

Escolarização e alfabetização no Alto-Minho na segunda metade do século XIX*

Henrique Rodrigues¹

Resumo

Com recurso a várias fontes, quer manuscritas, quer aos censos de população, reconstituímos o parque oficial e particular das escolas das primeiras letras no distrito de Viana do Castelo, na segunda metade do século XIX, e analisámos os índices de alfabetização da população desta área geográfica, Alto-Minho. As fontes manuscritas proporcionam-nos o conhecimento de todo o corpo docente pago pelo erário público, entre 1835 e 1890, mas também nos permitem observar a evolução dos tipos de estabelecimentos de ensino, o público e o privado. Neste contexto, apreendemos as preocupações veiculadas pelas várias entidades oficiais, assim como observámos o impacto dos mecenas e das paróquias nestas dinâmicas. É nosso intento, com este trabalho, caracterizar a escolarização de uma área onde os índices de literacia são destacados, num período em que o analfabetismo era dominante, e relacioná-los com os factores de mobilidade, especialmente com a emigração de oitocentos que se dirigia rumo ao Brasil.

Palavras-chave: Escolarização. Alfabetização. Demografia Escolar. Ensino Público e privado. Século XIX.

Abstract

With the use of several sources, either through handwritten ones, or through the people's census, we were able to reconstruct both the private as well as the public sphere of the primary letters' schools within Viana do Castelo District, in the second half of century XIX, and we analysed the indices of literacy of the population in this geographic area, the Alto-Minho. The handwritten sources provided the information of the entire docent staff paid by the treasury, between

* Este estudo tem por base parte de um capítulo da nossa dissertação de Doutoramento (RODRIGUES 2003). Esta versão foi apresentada no VII Congresso da ADEH, realizado em Granada em 2004. O autor agradece os comentários e sugestões dos avaliadores anónimos a que foi submetido este texto.

1 Investigador do CEPESE, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade da Universidade do Porto. Professor do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. hrodrigues@ese.ipvc.pt

1835 and 1890, but also allowed us to observe the evolution of the types of educational places such as public and private. In this context, we have found out all about the concerns related to the different official entities, we have also observed the impact of the patrons and of the parishes within these dynamics. It is our intent, with this work, to characterize the education of an area where the literacy indexes are outstanding, in a period in which illiteracy was dominant, and to relate them with the mobility factors, especially with the emigration of the eight hundreds heading to Brazil.

Key-words: Education. Literacy. School Demography. Public and Private. Teaching. century XIX

Résumé

Avec le recours à plusieurs sources, soit écrites à la main, soit aux recensements de la population, nous avons reconstitué le parc officiel et particulier des écoles des premières lettres dans la préfecture de Viana do Castelo, à la seconde moitié du XIX^e siècle, et nous avons analysé les indices d'alphabétisation de la population de ce secteur géographique, de l'Alto-Minho. Les sources manuscrites nous proportionnent la connaissance du corps enseignant payé par le trésor public, entre 1835 et 1890, mais nous permettent aussi d'observer l'évolution de ce type d'établissement d'enseignement, public et privé. Dans ce contexte, nous appréhendons les préoccupations propagées par les plusieurs entités officielles, ainsi que nous avons observé l'impact du mécène et des paroisses dans ces dynamiques. C'est notre intention, avec ce travail, caractériser la scolarisation d'un secteur où les indices d'alphabétisme sont détachés, dans une période où l'analphabétisme était dominant, et les relier avec les facteurs de mobilité, spécialement avec l'émigration des années huit cents que se dirigeait vers le Brésil.

Mots-clés: Solarisation. Alphabétisation. Démographie scolaire. Enseignement public et privé. XIX^e siècle

FONTES

Os relatórios enviados pelos Presidentes das Câmaras e pelos Administradores dos Concelhos ao Governador Civil e, por sua vez, os deste magistrado ao poder central são uma fonte que merece maior atenção da parte dos historiadores, para conhecimento das realidades regionais e das preocupações com a escolarização. Há um *corpus* documental de onde perpassam inquietações e alusões às fórmulas para debelar os problemas decorrentes da parcimoniosa rede de estabelecimentos públicos, incapaz de suprir as carências existentes nas várias paróquias que, até

ao final da década dos anos cinquenta, apresentava cinquenta e cinco aldeias do distrito de Viana sem agentes de ensino pagos pelos cofres do estado.

Assim, usaremos vários relatórios sobre o estado do ensino, elaborados pela Junta Geral de Distrito de Viana do Castelo e os relatórios do Governador Civil, Livros de Vencimentos de Professores, Mapas de Vencimentos e Gratificações, Relação das Escolas Oficiais e os vários censos, destacando os de 1878 e 1900. Estas fontes encontram-se no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (A.G.C.)

INTRODUÇÃO

O Alto-Minho, espaço geográfico que hoje constitui o Distrito de Viana do Castelo², região correspondente à área situada entre as bacias dos rios Lima e Minho, faz fronteira com a Galiza/Espanha.

As primeiras escolas estatais de «*ler, escrever e contar*» equivalentes ao actual primeiro ciclo do ensino básico, criadas em 1772, foram implantadas em cada uma das seguintes localidades: Viana, Valença, Valadares, Paredes de Coura, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima, em resultado da reforma de ensino de Marquês de Pombal (RODRIGUES, 1995b). Após a morte de D. José, em 1777, D. Maria I, além de aposentar compulsivamente os professores régios de Grego, Retórica e Filosofia, entregou o ónus da ilustração³ e da alfabetização aos *Religiosos da Conceição* (Franciscanos) e aos Oratorianos implantados na região. Os professores laicos foram deslocados para outras terras, onde não havia ordens religiosas. Com esta política, a Rainha traçou um plano de prioridade para aprendizagem das primeiras letras, aumentando o número de terras com escola, quadro que manteve bastante estabilidade até à implantação do Liberalismo.

2 A comarca de Viana, formada por um espaço geográfico diferente da actual área, foi contemplada com vinte e sete mestres de ensino e a de Valença com oito. Sobre a divisão administrativa consultar: CRUZ 1970; CAPELA 1987; RODRIGUES 1994a).

3 Os meios de leccionação existentes nos centros religiosos e as potencialidades de alfabetização que o clero detinha, assim como a disponibilidade da Igreja, levaram D. Maria I a recuperar agentes do período pré-pombalino entregando-lhes o ónus do ensino.

Se a conjuntura decorrente da revolução de 1820 era favorável aos que difundiam conhecimentos e ideias, a acção miguelista, o regresso ao absolutismo, em 1828, e a guerra fratricida, 1832-34, dificultaram a missão dos professores apoiantes da causa da liberdade, tendo sido perseguidos e privados dos vencimentos⁴.

Depois do estabelecimento definitivo do novo quadro político nascido com o Liberalismo, o parque escolar foi reorganizado. Ao mesmo tempo eram extintas as ordens religiosas⁵. Os professores perseguidos pelo governo da «usurpação» (miguelismo) foram readmitidos no exercício da leccionação e recuperados para o magistério da docência⁶.

As fontes organizadas, sistematizadas e completas sobre a evolução do corpo de docentes no Distrito de Viana do Castelo, existem a partir de 1837. O cômputo destes agentes, na década de quarenta, ronda as quatro dezenas e meia de mestres de «*ler, escrever e contar*»⁷.

A década de 1850 é a mais rica no domínio da implementação de casas de aprendizagem, fase em que muitos ex-frades estavam ao ser-

4 Cf. Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (AGC), *Folha dos empregados na Instrução Publica de Ponte de Lima, onde vão incluídos todos os vencimentos devidos aos mesmos desde o tempo da Usurpação até o fim do mês de Março de 1834*, Ponte de Lima, 9 de Maio de 1835.

Além de outros documentos relativos aos vencimentos do professorado da Sub-Prefeitura de Ponte de Lima, remetemos para (AGC) maços com as cotas 1.11.6.12; 1.12.6.5. Assim, destacamos a «*Relação dos Empregados na Instrução Publica*» e a «*Folha dos Empregados na Instrução Publica do concelho dos Arcos onde vão individuados todos os vencimentos devidos aos mesmos desde o tempo da Usurpação até ao fim do Março de 1835.*» Trata-se de um *corpus* documental que permite a reconstituição deste universo e do parque escolar existente até à Convenção de Évora Monte (1834). Remetemos, entretanto, para RODRIGUES: 1995, onde se apresenta o quadro estatal relativo a todo o Distrito até 1860.

5 Estes padres/frades, responsáveis pela produção de conhecimentos e cultura letrada, foram grandes actores neste universo, ensinando em escolas oficiais, ministrando particularmente e outros operando em ambientes domésticos, divulgando as primeiras letras e ensinando gramática latina. Ver RODRIGUES, (2003: 29-70).

6 AGC, *Folha dos empregados na Instrução Publica de Ponte de Lima, onde vão incluídos todos os vencimentos devidos aos mesmos desde o tempo da Usurpação até o fim do mês de Março de 1834*, Ponte de Lima, 9 de Maio de 1835. *Relação dos empregados na Instrução Publica deste concelho com declaração do quanto se lhes deve desde o 1º d'Agosto de 1833 até 30 de Junho de 1834*. [c.1834], Ponte de Lima. [*Folha de vencimentos da Sub Prefeitura de Ponte de Lima*], 25 de Abril de 1835. Nestes documentos ficou registado que os frades que leccionavam até 1834 tinham direito ao vencimento anual de 40\$000 réis e a 90\$000 depois desta data, por terem sido extintas as ordens em que estavam incorporados.

7 AGC, *Livros de Registos de Vencimentos*, cotas 1.10.2.1; 1.11.5.21; 1.11.5.22.

viço da comunidade, dando aulas particularmente em colégios não estatais ou mesmo em espaços familiares, o ensino doméstico, como comprovou Henrique Rodrigues (1994b: 188).

Logo após o início de funções do Liceu Nacional de Viana do Castelo, o que ocorreu em Outubro de 1853, registou-se o aparecimento de vários centros particulares de ensino⁸, onde se ministravam os estudos secundários, com realce para a área das línguas. Sublinha-se a acção do colégio do sueco Nicolas James Tollstadius⁹, frequentado pela elite social da urbe, entre os quais estavam os filhos do governador civil, do cirurgião da câmara, de vários militares, negociantes e funcionários públicos. Também registámos a acção educativa do género feminino, sob a responsabilidade de Me. Olivier Botto, directora de um colégio de meninas. Além destas escolas, funcionava uma outra sob a múnus do professor José Ramos Paz, uma classe de constituição heterogénea¹⁰ quanto à procedência sócio-cultural dos alunos.

O Alto-Minho, a meados do século XIX, beneficiou de um grande investimento na escolarização privada. No ano lectivo de 1855-56, o total de professores oficiais das primeiras letras era de 45, com uma frequência de 1351 alunos de ambos os sexos, mas as classes «*livres*» contavam com o apoio de 90 mestres, ou seja o dobro, relativamente ao parque estatal (Relatórios, 1857: 282-283), onde estavam matriculados 2783 alunos, dos quais 553 eram meninas¹¹. Este quadro de infra-estruturas educativas justificava-se pela necessidade de habilitar os futuros emigrantes para o desempenho de actividades de apoio ao comércio, geralmente como caixeiros, futuros emigrantes¹² para no Brasil.

8 O leitor interessado pode consultar os nomes dos professores, locais onde leccionavam e mesmo totais de alunos matriculados no distrito de Viana em (RODRIGUES 1995).

9 Este pedagogo, em 1861, estava casado com D. Clara Emília Tollstadius, de 23 anos de idade, nascida em Lisboa, filha de «*subditos britânicos*.» Cf., AGC, *Mapa numérico e nominal dos subditos britânicos*, cota 1.13.6.7.3.

10 Além destas listas de estudantes, utilizámos os mapas de matrículas que os professores de Gramática Latina e Latinidade nos deixaram, como aconteceu em relação a Valença, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte de Lima e os de vários colégios particulares de Viana do Castelo. Também os livros de registo de exames e de matrículas do liceu referido se apresentam como uma fonte importante para podermos cartografar os resultados desta variável.

11 Sobre o número de escolas primárias de carácter privado, veja-se NÓVOA (1987: 343-350).

12 «*A instrução publica, se não tem n'este distrito o desenvolvimento que era mister, não pode todavia dizer-se que esteja em mais atraso do que em outros pontos do*

Entre o ano de 1859-60, assistimos a um incremento de escolas oficiais das primeiras letras, tendo o parque crescido mais de 25%, comparado com o de 1855-56. O total de casas de ensino passou de 45 para 57, entre os quais estão cinco do sexo feminino (FREITAS, 1867: 140-141). Mas a rede de estabelecimentos particulares de aprendizagem, no final da década de cinquenta, era composta por 121 professores, havendo dezasseis freguesias com mais de uma sala de aulas, onde se ministravam lições deste grau de ensino (COELHO, 1861: 302-303).

Tal cenário era o resultado da falta capacidade de resposta das escolas estatais às necessidades dos jovens que desejavam habilitar-se na arte de «*ler, escrever e contar*», para o início do tirocínio como caixeiro ou para seguirem rumo às terras de América.

PREOCUPAÇÕES OFICIAIS NOS ANOS CINQUENTA

São os Administradores dos Concelhos e os Presidentes de Câmara quem interpreta as ansiedades dos povos, sobre o estado a alfabetização/escolarização, e as participa aos Governadores Civis, tendo estes a incumbência de elaborar os relatórios, onde se reivindica mais escolas para a região. A meados de oitocentos, o cenário era lisonjeiro e confirmava-se uma boa frequência das aulas, porque as famílias atribuíam muita importância à preparação dos jovens, habilitando-os com as competências da leitura, escrita e contas, indicadores de sucesso sócio-profissional para os jovens. Nesta região, não existe «*mais atraso do que em outros pontos do paiz*», refere-se nos relatórios oficiais (1857: 274-275). Contudo, o magistrado responsável pelo distrito é de opinião que deve aumentar-se o parque de instrução pública, (Relatórios, 1856: 282-283) quando no início da década, entre as escolas de latim e latinidade e as

paiz. Sendo excessiva aqui a população, e possuidos como se acham os povos da mania da emigração, todos os annos sae um numero bastante avultado de rapazes que vão procurar no Brazil uma posição que difficilmente alcançariam se ficassem na sua Patria; e estes rapazes, destinados quasi todos a ser empregados como caixeiros nas casas de commercio d'aquelle Imperio, precisam de ir habilitados com os conhecimentos de ler escrever e contar, indispensaveis para poderem abraçar a profissão a que seus paes os dedicam. Talvez por esses sejam bastantes frequentadas as escolas de ensino primario [...].» (RELATÓRIOS 1856: 274).

do ensino do abecedário, leccionavam 140 pedagogos distribuídos pelos doze concelhos então existentes¹³.

As povoações onde não havia mestre das primeiras classes pago pelos cofres do estado reclamavam uma rede de cobertura capaz de responder às necessidades dos habitantes, o que levou o referido Governador Civil a concluir que o «*estorvo ao maior desenvolvimento da instrução primaria é, por certo, o pequeno numero de escolas*» (Relatórios, 1858: 2-3) e não a acção impeditiva dos ascendentes, como se opinava, que não autorizavam a ida dos filhos à escola. No Alto Minho, as famílias reclamam mais casas de aprendizagem oficiais.

A proposta do Conde da Lousã, governador civil, ia no sentido de criar mais dez edifícios escolares, distribuídos pelos seguintes locais: Arcos de Valdevez, na própria Vila; Caminha, na freguesia de Gondar; Paredes, em Cristelo; Melgaço, aldeia de Couso; Ponte da Barca, em Cuide Vila Verde; Ponte de Lima, na paróquia de Cepões; Valença, na povoação de S. Pedro da Torre; em Viana do Castelo, nas freguesias de Portuzelo e de Lanheses no concelho de Cerveira, uma em Covas (Relatórios, 1856: 13).

No ano de 1858, o representante do governo no Distrito de Viana do Castelo informa o poder central da urgência em ampliar o número de salas de aprendizagem, porque «*a existencia das actuaes não basta para as necessidades do ensino*» (Relatórios, 1856: 2), embora já houvesse cinquenta agentes pagos pelo «*Tesouro*», além de mais cento e dezoito a cargo de privados e das câmaras municipais¹⁴, onde pouco mais de seiscentas meninas¹⁵ recebiam «*prendas*» e aprendiam as letras.

13 Sem referência ao tipo de estabelecimentos, agregando todas as escolas, temos a distribuição, seguinte: Arcos 22; Caminha 7, Castro Laboreiro 1, Paredes de Coura 6, Melgaço 6, Monção 17, Ponte da Barca 5, Ponte de Lima 16, Valença 5, Valadares 2, Viana 40 e Vila Nova de Cerveira 14. Nesta data, ano lectivo de 1851-52, ainda não tinha sido instalado o Liceu Nacional de Viana, por isso podemos sublinhar que as infra-estruturas de apoio à escolarização cobriam regularmente o Distrito, se considerarmos o reduzido parque oficial. Cf. A.G.C., *Livro de Correspondência com o Ministério do Reino 1852-1853*, folha 101, cota 1.9.4.20. Este quadro mostra-nos a evolução do número de alunos, os que completaram os estudos, seguiram para o ensino superior, os que deixaram a escola para se empregarem, além do total existente em 31 de Agosto de 1852, que eram 5662 estudantes em todo o distrito. Se considerarmos a população masculina referente a este ano (86565 almas) e a existência de estudantes deste sexo, teríamos um rácio de 6,5% de varões a frequentar os estudos.

14 A instrução primária particular para o sexo feminino tem uma expressão pouco relevante, todavia, inferimos que, na ausência de senhoras para ministrarem o ABC,

CENÁRIO AO NÍVEL DISTRITAL NA DÉCADA DE SESENTA

O «*Relatório de 1864, apresentado à Junta Geral do Districto de Vianna*»¹⁶ mostra as inquietações de várias autarquias e exhibe a radiografia sobre o estado do ensino, carências de agentes educativos e a rede pública a criar. As escolas, num total de sessenta e uma, eram frequentadas por 3925 alunos e 1978 meninas, números que representam menos de dois por cento da população do Alto-Minho¹⁷. O estudo indica catorze terras onde deviam ser criados novos espaços de leccionação, com a seguinte cartografia: Arcos de Valdevez, duas nas freguesias de Grade e Gondoriz; Paredes de Coura com três nas aldeias de Infesta, Padornelo e São Martinho de Coura; Melgaço outras tantas, as paróquias de Prado, Gave e Penso; Viana do Castelo receberia cinco, nas terras de Castelo de Neiva, Montaria, Alvarães, Afife e outra na própria urbe; Cerveira só carecia de uma na povoação de Campos. Este era um investimento «*para com ellas melhor se regularizar no distrito este serviço d'instrução primaria para o sexo masculino*»¹⁸. Sublinhe-se a existência de várias localidades deste grupo com professor do «ensino livre» ou privado.

O parque para o sexo feminino —representado em quatro municípios: Arcos, Ponte da Barca, Ponte de Lima e em Viana— também mereceu uma referência especial da parte deste magistrado, ao sensibilizar o

cabia aos professores do sexo masculino a incumbência de acolherem donzelas na escola. Em Caminha havia dois homens com turmas mistas, onde estudavam 13 raparigas; em Paredes de Coura, as jovens que estudavam juntas com varões eram quatro; no concelho de Melgaço encontramos três professores com responsabilidades de ministrar para ambos os sexos; Valença apresenta cinco classes mistas, onde aprendiam rapazes e raparigas, embora só houvesse quinze meninas nestes estabelecimentos particulares. (RELATÓRIOS 1859: 7).

15 A reforma de Rodrigues Sampaio estabelece algumas normas sobre o ensino por sexos e determina que, nas escolas primárias elementares, as aulas para o masculino pudessem ser regidas por professores ou mestras, enquanto que o ensino complementar previa que os docentes fossem homens e só ensinassem rapazes e que as professoras dessem aulas a meninas. As classes mistas, caso não houvesse senhoras para a regência, podiam funcionar com um docente casado que tivesse na família uma mulher a quem competia o «*ensino dos trabalhos de agulha*» recebendo o estatuto de ajudante. Ver *Decreto de 2 de Maio de 1878*, in *Legislação Portuguesa (1875: 53-62)*.

16 A.G.C., pasta 193, maço 29, doc. s.n., *Relatorio (...) do Governo Civil de Viana do Castelo, 1 de Março de 1864*.

17 A.G.C., pasta 193, maço 29, doc. s.n., *Relatorio (...) do Governo Civil de Viana do Castelo, 1 de Março de 1864*, [folha 4v]

18 A.G.C., pasta 193, maço 29, «*Relatorio (...) do Governo Civil (...) 1864*», doc. citado.

poder central para a necessidade de implantar, em cada centro concelhio das restantes seis autarquias, uma aula para meninas, além de uma segunda na sede de distrito (Viana do Castelo). Nesta data, a classe feminina ministrada no convento das Religiosas das Ursulinas¹⁹ não respondia às necessidades das crianças do burgo, porque estava afastada do centro urbano, nas fraldas da montanha de Santa Luzia, donde resultava uma frequência externa quase nula²⁰, embora a professora fosse paga pelo erário público²¹.

RELATÓRIO DO GOVERNADOR CIVIL EM 1865

O cenário descrito relativamente a algumas autarquias e o quadro esboçado relativamente ao Alto-Minho foram reforçados no relatório do governador civil de Viana do Castelo do ano de 1865²², onde se fez menção à rede escolar oficial e ao perfil qualitativo do ensino livre, quando os professores públicos eram responsáveis por um conjunto de sessenta e dois estabelecimentos, dos quais quatro estavam destinados a meninas²³.

O magistrado não deixa de sublinhar a recessão do número de aulas privadas, tendo fechado doze escolas, embora houvesse um crescimento do total de matrículas nestas classes. Assente-se, mesmo assim, a existência de cinquenta e quatro profissionais do ensino no exercício da

19 Escola criada por Provisão Real da Mesa Censória em 20 de Julho de 1780, com objectivo de servir as classes pobres que não pudessem pagar a mestras particulares. Cf. (RODRIGUES 1995: 212-213) Ver, sobre as Ursulinas, (ROCHA 1996: 189-191; ADÃO 1997: 189-191).

20 O ensino nestas classes não se limitava a inculcar o religioso, pois estava adequado à formação de mulheres, habilitando-as com competências para conciliarem as responsabilidades da família, da religião e do estado profissional, o que proporcionava o acesso a elementos da elite, como a nobreza e a burguesia. (VAQUINHAS 2000: 100). Ver ainda as preocupações de um egresso que deixou em testamento verbas para a sobrinha ingressar nas Ursulinas de Viana, A.D.V., *Livro de Testamentos n.º 43*, fol.53-55v.

21 Desde a fundação da escola, as Religiosas das Ursulinas, em Viana, auferiam 60\$000 réis anuais, situação que se manteve sem actualização, quando os professores primários passaram a receber 90\$000 réis. RODRIGUES 1995: 212-213. Ver também A.G.C. *Livros de Vencimentos de Professores*, tomo III, folha 88, cota 1.11.5.21.

22 Cf. A.G.C., Pasta 200, maço 23, doc. s.n. e sem título, que identificamos por [*Relatório do Governador Civil de Viana do Castelo apresentado à Junta Geral do Distrito*], datado de 28 de Fevereiro de 1865.

instrução por conta própria, em todo o Alto-Minho, além de mais vinte e cinco senhoras a educar e preñar meninas, todas elas a leccionar na cidade de Viana do Castelo.

Se o total de docentes a expensas dos pais dos próprios alunos diminuía e a frequência destes espaços educativos tinha crescido, segundo o registo do governador civil, subsistiam com a casa de ensino em funcionamento porque não as havia a cargo do erário público, o que propiciava o exercício do magistério a professores privados, alguns dos quais exerciam «*esta profissão sem título legal*»²⁴.

O estado da educação para o sexo feminino, além das pedagogas existentes na sede de distrito e das mestras custeadas pelos dinheiros dos contribuintes, encontrava-se em «*lamentavel abandono*»²⁵. Tal situação podia ser obviada com a intervenção dos responsáveis políticos, através da criação de novos lugares para docentes nos concelhos onde não havia estas aulas e mais uma em Viana, porque a das Ursulinas, além de se encontrar afastada do centro cívico, continuava a ser «*insuficiente para acudir às necessidades do ensino n'esta cidade*»²⁶. O panorama era idêntico ao que foi descrito anteriormente (RODRIGUES 1995: 206-209).

Os estudos do ensino secundário não se encontravam empobrecidos, no entender do responsável pelo Governo Civil, porque o Liceu Nacional, juntamente com as aulas de Latim e Latinidade nos concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Valença, cobriam satisfatoriamente a região, com uma frequência superior a quatro centenas de adolescentes. Para completar a rede de apoio aos estudos deste grau, ainda funcionavam o colégio de Nossa Senhora d'Agonia e a escola particular de Tollstadius (RODRIGUES 1994: 188-189), onde militavam bons pedagogos e, entre eles, um ex-frade carmelita vindo da Universidade de Coimbra²⁷.

23 No panorama nacional, as escolas públicas para meninas tiveram uma evolução lenta e reduzida até meados da centúria, contudo, só passam das cinco centenas em 1874, mas, atingem mais de um milhar em 1888, para termos um parque constituído por 1345 classes com raparigas em 1900, a que se juntam mais 325 mistas. (NÓVOA 1987: 345).

24 Cf. A.G.C., Pasta 200, maço 23, doc. s.n [Relatório do Governador Civil de Viana do Castelo apresentado à Junta Geral do Distrito], em 28 de Fevereiro de 1865.

25 IDEM, *Ibidem*.

26 A. G. C., Pasta 200, maço 23, [Relatório do Governador Civil de Viana do Castelo apresentado à Junta Geral do Distrito], doc. citado.

27 Ver também o jornal «O VIANENSE», n° 659, de 9 de Agosto de 1862, pp. [3-4].

Se o cenário, para as classes das primeiras letras, era pintado num colorido tão sombrio e se os povos usavam os serviços de vinte e cinco estabelecimentos na urbe, além de mais cinquenta e quatro espalhados por todo o distrito, com o escopo de suprir carências resultantes de uma elevada procura de agentes de educação pela juventude, o Alto-Minho, na década de sessenta, não era um espaço de analfabetos.

PARQUE NA DÉCADA DE SETENTA

Através dos *Livros de Vencimentos* do Governo Civil (AGC), fonte que permite a cartografia do corpo docente no século XIX, conseguimos observar a evolução do próprio parque oficial. Os números dão a ideia da existência de um crescimento muito suave no lustro de 1865 a 1870, o que exhibe correlação com as constantes intervenções e solicitações apresentadas pelas autoridades ao governo central. Os concelhos de Paredes de Coura e de Arcos de Valdevez continuam com o mesmo cômputo de estabelecimentos de ensino das primeiras letras, todas as outras áreas apresentam-se com maior densidade, tendo mais uma ou mesmo três novas escolas, o que corresponde, num só quinquénio, a um incremento de 25% do número de mestres remunerados pelos cofres da nação.

Para cotejarmos a evolução entre os dois sectores, o oficial e o privado, devemos trabalhar com os valores referentes a uma década, por isso entre 1860 e 1870, pois organizámos listas dos docentes custeados pelos pais dos alunos, relativamente a estes dois períodos cronológicos.

Começámos por confirmar o efectivo crescimento do total de mestres estatais, ao longo da década, especialmente em Ponte da Barca e Valença, municípios onde os números de aldeias com agentes das primeiras letras duplicaram. Viana do Castelo e Ponte de Lima são os concelhos com maior densidade de locais de estudo, respectivamente, com treze e doze aulas, logo seguidos pelos Monção e Valença com uma dezena em cada espaço.

A rede pública apresentava-se mais compacta, tendo aumentado de cinquenta e cinco para oitenta casas de aprendizagem, ⁽²⁸⁾ o corres-

28 Englobamos os vários tipos de escolas onde se aprendia a ler e escrever, contudo, o ensino mútuo, simultâneo, misto e individual, com dominância destes dois últimos modelos, operava, a meados da década, em 57 localidades (FREITAS 1867: 141).

pondente a uma implantação superior a 45% de novos estabelecimentos pagos pelos contribuintes, ao longo da década de sessenta, embora entre 1855 e 1860 tivesse crescido de quarenta e cinco para cinquenta e cinco, o equivalente a 22% no lustro.

Obtivemos o número de docentes primários sem compromisso com as autoridades oficiais, por conta e risco próprios, estabelecimentos identificados por «*escolas livres*», embora não tivéssemos acesso ao total de mestres relativamente a Arcos de Valdevez, onde havia vinte e um indivíduos em 1860, e Ponte da Barca, esta com um único agente privado, na década de sessenta. Se não entrarmos em linha de conta com estes dois municípios, que em 1860 tinham juntos vinte e duas escolas independentes, concluímos que, em Caminha, a malha manteve um panorama estacionário e que em Melgaço foram criadas duas classes para aprendizagem do abecedário. Nos restantes espaços geográficos, ao longo de uma década, diminuiu fortemente a prestação dos privados, redução esta que aponta para mais de 40%. Mesmo assim, o parque foi reposto e reequilibrado pela criação de novos lugares para docentes com vínculo estatal.

Não é ousado inferir que os mestres a expensas dos bolsos das famílias respondiam a situações meramente conjunturais, dependentes da necessidade que os jovens manifestavam, e desapareciam, rapidamente, muitas vezes para darem lugar a outros colegas custeados pelo governo central e local, tornando-se menos procuradas as classes livres. O cenário descrito até 1871 parece muito promissor para as primeiras letras, mas o total global de escolas do ensino primário, cuja cobertura ao Alto-Minho era feita por ambos os sectores, apresenta a uma quebra no cômputo de estabelecimentos, fenómeno decorrente do fecho de instituições particulares.

ESCOLAS OFICIAIS

O parque estatal triplicou, entre 1860 e 1900, em relação à rede existente a meados da centúria²⁹. O quadro 1, onde organizámos os valores por quinquênios até 1880 e os números relativos aos totais no final

29 Em 1855 havia 45 estabelecimentos do ensino primário estatal, contra 90 escolas particulares. Ver (RELATORIOS 1857: 282-283).

do século, mostra-nos o aparecimento de mais de uma centena de novas casas de aprendizagem a expensas dos cofres públicos.

A evolução é muito sensível, na década de sessenta, quando o crescimento atinge uma percentagem superior a dezasseis pontos no primeiro lustro e vinte e cinco por cento nos dois quinquénios. Estes valores correspondem, para um decénio, à implantação de um parque com mais 45% de escolas, isto é, passou de 55 classes para 80 aulas, entre 1860-1870. A política educativa parecia privilegiar esta zona, o Alto-Minho, se pensarmos que, nos primeiros cinco anos da década de setenta, o ensino continuava a expandir-se, como o prova a existência de mais vinte e oito centros de aprendizagem do abecedário, pois houve um alargamento correspondente a trinta e cinco aulas por cada cem escolas.

QUADRO 1

Evolução do Parque Escolar Oficial e Privado do Alto-Minho entre 1860 e 1900

Concelhos	Escolas oficiais (I)						Escolas privadas (II)			Evolução do parque (III)		
	1860	1865	1870	1875	1880	1900	1860	1871	1900	(I)	(II)	(I+II)
Arcos	7	8	8	10	13	17	21	?	10	10	-11	-1
Caminha	6	6	7	8	10	15	3	3	4	9	1	10
Paredes	4	3	3	6	6	17	5	1	2	13	-3	10
Melgaço	4	5	5	6	9	13	0	2	1	9	1	10
Monção	6	7	10	13	13	15	20	10	10	9	-10	-1
P. Barca	4	6	8	8	8	10	1	?	2	6	1	7
P. Lima	7	10	12	17	18	20	14	8	15	13	1	14
Valença	5	7	10	10	10	12	7	5	5	7	-2	5
Viana	9	9	13	25	27	38	41	23	45	29	4	33
Cerveira	3	3	4	5	6	7	9	6	-	4	-9	-5
Total	55	64	80	108	120	164	121	58	94	109	-27	82

FONTE: Elaboração própria a partir das várias fontes citadas neste trabalho

Nos anos oitenta, os vencimentos dos professores deixam de ser registados no *Livro de Vencimentos*, o que acontece em 1881³⁰, momento em que passámos a ter informações relativas às despesas despendi-

30 Para uma visão de conjunto, além do que já foi anotado, veja-se a reforma de Rodrigues Sampaio, implementada através da *Lei de 2 de Maio de 1878* e a *Lei de 11 de Junho de 1880*, anteriormente citada.

das pelas câmaras neste domínio. Perante tais dados, podemos compreender o esforço financeiro de cada autarquia na rubrica da educação. Sublinhemos, ainda, que, entre 1880 e o trânsito da centúria, são implementadas mais quarenta e quatro classes no distrito, o que representa uma evolução equivalente a trinta e seis por cento e marca a viragem do sistema particular para o oficial e com intervenção autárquica.

Esta região, no cômputo geral, assistiu ao aparecimento de cento e nove lugares de agentes de alfabetização, cômputo a rondar o triplo do número de novos sítios para a instrução, no período de quarenta anos.

ENSINO LIVRE

Face à evolução do parque estatal, anteriormente descrita, e à existência de uma malha muito densa de mestres particulares em 1860, importa sabermos se ocorreu um processo de complementaridade, ou se houve um fenómeno de assimilação e substituição de um modelo de estabelecimentos pelo outro, ou se o crescimento da rede pública teve efeitos sobre as escolas privadas ou livres, obrigando estes agentes a abandonar o ensino. Vejamos, primeiro, a implantação das casas onde operavam regentes pagos pelos pais dos alunos, nos dois momentos extremos, por não termos apurado valores para todos o distrito em 1871, como anotámos no quadro 1.

Não havia docentes deste segmento educativo em Melgaço e em Ponte da Barca exercia um. Estas são as áreas mais carenciadas em 1860. Segue-se Caminha com três pedagogos³¹ e Paredes de Coura com cinco formadores, os quais, com os colegas do sector público, perfazem nove educadores em cada áreas. Valença e Vila Nova de Cerveira são as autarquias que aparecem de imediato na lista, respectivamente, com sete e nove estabelecimentos particulares. Ambas exibem uma distribuição composta por doze salas onde se ministravam as primeiras letras. Sublinhemos o facto de assistirmos a um fenómeno de ocupação

31 Como veremos, esta autarquia exhibe dos melhores indicadores de literacia entre os emigrantes saídos ao longo de oitocentos, embora não tivesse registado escolas privadas, todavia, o ensino informal, pela mão de agentes anónimos, membros do clero radicados nesta área, foi uma realidade confirmada pelas autoridades, sendo os maiores responsáveis pela alfabetização dos seus habitantes.

de espaços por professores com habilitações insuficientes, segundo as autoridades. Nestes municípios, havia uma reduzida participação estatal, especialmente em relação a Vila Nova de Cerveira, onde a falta de investimento na escolarização levou os privados a intervir, no sentido de colmatar tal lacuna e responder à necessidade que se fazia sentir pela parte de quem desejava ser instruído³².

Ponte de Lima figura a meio da tabela com catorze casas não pertencentes ao estado, a que se juntam mais sete aulas públicas. O fenómeno descrito para a área de Cerveira assume idêntica dimensão em Arcos de Valdevez e Monção, concelhos com grande número de freguesias cobertas com uma rede privada, onde havia o triplo de salas deste sector, em relação ao sistema administrado pelo Governo. A Viana do Castelo cabe o registo de maior impacto, onde 41 casas do abecedário rivalizavam com nove agentes oficiais do mesmo grau de instrução.

Dissemos que, em 1860, a cobertura estatal exibia uma malha muito rarefeita e que os privados responderam às solicitações de quem desejava aprender as letras e não podia deslocar-se para terras onde havia professores. Esta constatação prova a falta de locais de ensino para satisfazer os anseios das famílias e dos jovens que desejavam habilitar-se para o desempenho de funções comerciais e emigrar. Também vimos que, no final do século, havia 164 pedagogos vinculados ao sistema público. Todavia, os totais globais resultantes de aulas dos dois modelos correspondiam a 175 espaços de leccionação, ou seja, havia um elevado número de formadores no desempenho de actividades em 1860³³, em relação aos que eram exclusivamente pagos pelas autarquias no trânsito da centúria.

Nos municípios mais carecidos de mestres, como eram os de Melgaço e Ponte da Barca, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura e Valença, foram implantadas novas escolas. Desta forma, o número manteve-se bastante equilibrado e, em 1860, havia em Valença doze edifícios de ambos os sistemas. Encontrámos, em 1900, o mesmo número custeado pelo Governo, como aconteceu em Ponte de Lima, com um total de vinte e um, na década de sessenta, e vinte docentes com vínculo ao sector ofi-

32 Sobre a relação com o binómio emigração/alfabetização, segundo o qual o ensino é procurado e impulsionado pelos que desejam preparar-se com habilitações para irem rumo ao Brasil, ver os nossos trabalhos (RODRIGUES 1993; RODRIGUES 1995; RODRIGUES 2003).

33 Remetemos, de novo, para as representações gráficas e listas publicadas por (RODRIGUES 1995: 76-80 e 206-212) onde se comparam as cartografias de escolas e professores dos dois modelos de ensino.

cial. Outros espaços mostram-nos que a cobertura a expensas do erário público, no virar da centúria, era inferior ao total de instituições dos dois modelos escolares, em finais da década de cinquenta, o que representa um decréscimo do volume de classes.

Inferimos que os regentes gratificados pelos pais dos alunos continuavam ao serviço das famílias e dos jovens, especialmente em Viana do Castelo, onde leccionavam quarenta e cinco professores e em Ponte de Lima operavam quinze. Mas Monção e Arcos de Valdevez exibem uma redução destes difusores do abecedário, onde havia dez salas em cada autarquia.

A evolução por municípios permite-nos asseverar que em Viana do Castelo, Ponte de Lima e Paredes de Coura ocorreu o maior investimento, terras onde foram implantadas mais de metade das 109 escolas dos saberes elementares, e que a quebra do número de pedagogos do modelo privado foi muito sentida em Vila Nova de Cerveira, Monção e Arcos de Valdevez, áreas que perderam, respectivamente, nove, dez e onze regentes das letras, donde resulta uma quebra total de vinte e sete escolas livres entre 1860 e 1900.

Registamos, como nota final, que o volume de edifícios de aprendizagem, de um modelo e de outro, teve um crescimento efectivo, atingindo as oitenta e duas unidades, e foram bem visíveis em Viana do Castelo. Nesta área criaram-se mais trinta e três lugares de difusores do abecedário dos dois sistemas, ao longo de quarenta anos, enquanto que Ponte de Lima assistiu à fixação de catorze casas de formação académica. Surpreendente é o que se verifica para Ponte da Barca, Melgaço e Caminha, onde descobrimos mais dez centros de instrução no final da centúria do que em 1860, fenómeno decorrente do investimento dos dinheiros públicos. Também Ponte da Barca e Valença registaram um saldo favorável, respectivamente, com cinco e sete novas paróquias com lugares de apoio educativo.

Neste balanço, mesmo com a presença de mais mestres remunerados pelo estado, encontrámos três áreas que viram diminuir, efectivamente, o total de actores da ilustração, devido ao desaparecimento de regentes particulares³⁴, onde há menos três dezenas destes difusores do abecedário na passagem para o século seguinte.

³⁴ Em 1885, o registo oficial apresenta-nos uma rede com 47 estabelecimentos particulares no Alto-Minho, dos quais 12 serviam o sexo feminino. Cf. (ANUÁRIO 1897: 162).

ESCOLAS LIVRES E FREQUÊNCIA POR SEXO NO FINAL DE OITOCENTOS

Apontámos, anteriormente, os totais de casas do sector privado, no ano de 1899/1900, por isso faremos referência à distribuição destes centros de leccionação por sexo, onde serão analisadas também as «aulas mistas» e o rácio de alunos por escola.

O domínio do masculino sobre o género feminino está bem patenteado em todos os concelhos, onde havia professores a ministrar conhecimentos. Se Paredes de Coura apresenta duas salas para rapazes, Melgaço só tinha uma, frequentada por meninas, enquanto que em Ponte da Barca havia duas escolas «mistas». Este modelo de ensino com rapazes e raparigas em simultâneo também funcionava em Caminha, Valença e Viana do Castelo, num total de dezoito salas.

O sexo feminino não tinha mestras na autarquia de Paredes de Coura, mas exerciam funções três pedagogos nas terras de Arcos de Valdevez e outros tantos em Monção. Nestes dois municípios, foram registadas sete aulas masculinas e três de meninas. Em Viana do Castelo estavam abertas seis para raparigas mas, em Ponte de Lima, encontramos, entre um total de quinze estabelecimentos não estatais, uma única senhora para ensinar a ler, escrever, contar e preñar.

O número de matrículas nestas turmas era de 2185, das quais 758 representam o género feminino, sendo equivalente, em relação ao total, a cerca de 35%. Trata-se de um volume bem significativo, se considerarmos o desequilíbrio existente entre ambos os sexos, como se observa no quadro 2. O volume de varões só passa das centenas em Viana do Castelo, Ponte de Lima e nos Arcos de Valdevez, enquanto que Monção apresenta sete casas para acolher noventa estudantes.

As meninas exibem a menor expressão em Ponte de Lima, com quinze alunas numa sala, e surgem com boa presença em Caminha e Arcos de Valdevez, depois de Viana do Castelo, onde mais de quatro centenas tiveram acesso à aprendizagem de labores, coser, fazer renda e ao abecedário.

O rácio de alunos por escola exprime uma média situada pouco acima dos vinte e três pontos. O valor mais elevado chega aos quarenta e quatro aulistas por docente, o que acontece no concelho de Ponte da Barca, logo seguido pelo de Caminha, autarquia onde havia mais de quarenta e uma crianças por mestre das primeiras letras. Os números

QUADRO 2
Ensino particular no distrito de Viana do Castelo no ano lectivo de 1899/1900

Concelhos	Estabelecimentos				Alunos			Rácio (II/I)
	Sexo Masc.	Sexo fem.	Mistos mas/fem	Total (I)	Sexo Masc.	Sexo fem.	Total (II)	
Arcos	7	3	-	10	123	70	193	19.3
Caminha	1	1	2	4	92	75	167	41.5
Paredes	2	-	-	2	50	-	50	25.0
Melgaço	-	1	-	1	-	24	24	24.0
Monção	7	3	-	10	87	66	153	15.3
P. Barca	-	-	2	2	46	42	88	44.0
P. Lima	14	1	-	15	273	15	288	19.2
Valença	3	1	1	5	95	52	147	29.4
Viana	26	6	13	45	661	414	1.075	23.9
Cerveira	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	60	16	18	94	1.427	758	2.185	23.2

FONTE: A.G.C., Pasta 476, Maço 33, Doc. s.n., *Relação das Escolas particulares e Collegios e alunos nellas matriculados, 14 de Outubro de 1899.*

mais reduzidos do rácio de alunos por professor cabem a Monção, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez, locais com uma média inferior a vinte matrículas por docentes da rede privada.

Considerando a razão existente entre as escolas e os frequentadores, inferimos que o ensino livre no trânsito da centúria era muito procurado em Ponte da Barca, Caminha, Valença e mesmo em Paredes de Coura, sítios onde havia menos lentes do sistema oficial, enquanto que em Melgaço e em Viana do Castelo rondam os vinte e quatro aprendizes por docente.

ESCOLAS ESTATAIS NO FINAL DO SÉCULO XIX

O quadro 3, com os vários tipos de estabelecimentos, por género e população em idade de frequência escolar, onde aparecem elementos da tabela relativa ao sector particular, permite-nos fazer um exercício de conjunto e analisar a distribuição do ensino primário por espaços concelhios. A primeira nota a registar vai para a presença de, pelo menos,

uma mulher para ensinar meninas em todos os municípios, no término de oitocentos.

Leccionava uma mestra, exclusivamente para o género feminino, em cada uma das áreas seguintes: Cerveira, Melgaço, Arcos, Ponte da Barca. Nos três primeiros espaços, também funcionava uma «*escola mista*», onde aprendiam jovens de ambos os sexos. Continuámos com um cenário onde Ponte da Barca só contava com os serviços do magistério de uma senhora, que leccionava na respectiva vila.

O parque de Caminha destaca-se com quatro educadoras de raparigas e mais duas casas mistas de aprendizagem, perfazendo um total de seis salas onde as meninas obtinham ensinamentos. O que se regista em relação a Paredes de Coura é surpreendente, onde contabilizámos dezassete classes; cinco eram regidas por professoras para o respectivo género. Das trinta e oito aulas criadas em Viana do Castelo, com vinte e nove eram para rapazes e as restantes para o sexo feminino. Deste quadro resulta uma rede de boa cobertura, tendo em linha de conta o panorama geral de outras áreas municipais.

Podemos sublinhar que mais de 79% do parque oficial era, exclusivamente, para os jovens e 17,6% destinado às donzelas. Mas, cerca de três por cento destas casas de ensino eram frequentadas por ambos os sexos, sítios onde era ministrada a educação básica. Quando analisámos os valores relativos a Paredes de Coura, concluímos que as mestras de meninas rubricam 29,4%, percentagem correspondente à maior implantação de escolas para raparigas no Alto-Minho.

Uma distribuição idêntica, à referida anteriormente, ocorre no município de Caminha, com 26,6% de estabelecimentos para raparigas, a que se juntam as salas mistas, fazendo deste concelho o espaço mais equilibrado relativamente às oportunidades de acesso à escolarização.

Vimos que, em Viana do Castelo, o poder central não tinha dado muita atenção ao género feminino, onde exerciam actividade nove damas, mas a rede ficou mais equilibrada com a abertura de seis aulas privadas, a que se associam mais treze de ambos os géneros. Concluímos que a leccionação era assegurada em vinte e oito salas onde as meninas, onde podiam aceder aos saberes do abecedário.

Em Ponte da Barca, concelho com uma única pedagoga no exercício do magistério, foram implantadas duas aulas mistas custeadas pelos pais dos alunos. Mas, em Melgaço, a única classe não estatal era destinada a raparigas.

QUADRO 3

Escolas oficiais e particulares por sexo e população escolar no ano lectivo de 1899/1900

Concelhos	Oficiais				Particulares				Total (1+2) (3)	Popul. Escolar (4)	Rácio (4/3) (5)	Total (1+2) (6)	Popul. Escolar (7)
	Sexo Masc.	Sexo Feme.	Misto M/F.	Total (1)	Sexo Masc.	Sexo Feme.	Misto M/F.	Total (2)					
Arcos	15	1	1	17	7	3	-	10	27	5.903	218.6	10.5%	14.5%
Caminha	9	4	2	15	1	1	2	4	19	2.667	119.3	7.4%	6.6%
Paredes	12	5	-	17	2	-	-	2	19	2.555	134.4	7.4%	6.3%
Melgaço	11	1	1	13	-	1	-	1	14	2.591	185.1	5.4%	6.4%
Monção	13	2	-	15	7	3	-	10	25	4.799	191.9	9.7%	11.8%
P. Barca	9	1	-	10	-	-	2	2	12	2.408	200.6	4.7%	5.9%
P. Lima	17	3	-	20	14	1	-	15	35	6.422	183.5	13.5%	15.8%
Valença	10	2	-	12	3	1	1	5	17	2.713	159.6	6.6%	6.7%
Viana	29	9	-	38	26	6	13	45	83	8.877	197.3	32.1%	21.9%
Cerveira	5	1	1	7	-	-	-	-	7	1.682	240.2	2.7%	4.1%
Total	130	29	5	164	60	16	18	94	258	40.617	157.4	100%	100%

FONTES (35)

35 Para elaboração do presente quadro temos as seguintes Fontes: A.G.C., Pasta 476, maço 33, doc. s.n., «*Relação das Escolas Oficiais*», assinada pelo «*Comissário da Instrução Primária, em 14 de Outubro de 1899*»; «*Mappa comparativo da distribuição das escolas de ensino primário*». Trata-se de um maço onde se encontram as respostas ao “inquerito” para a «*Estatística das escolas oficiais primárias de ensino elementar*.» Também usámos o «*Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*», vol. II, Lisboa, Typographia da “A Editora”, 1906, pp. 268-277. Apurámos, utilizando esta fonte, a população escolar a partir do censo de 1900, onde contabilizando as crianças que, em 1899, teriam cinco anos de idade, por isso fizemos os cálculos entre os que, no ano de 1900 tinham 6 anos, já que havia alunos «*com instrução*» aos 5 anos. Desta forma, cobrimos um universo de potenciais frequentadores da escola, ou seja, a população escolar balizada pelos 6 e 14 de idade. Nas listagens de professores particulares, encontramos rapazes com seis anos a frequentarem a escola em Cerveira e grupos formados por rapazes dos cinco aos dezassete anos de idade em Viana do Castelo, porém, quando analisadas na mesma perspectiva as meninas, descobrimos várias professoras que instruíam estas crianças em turmas onde havia alunas dos três aos onze anos. Certamente a maior surpresa vai para o sexo feminino, onde temos crianças para quem a escola seria um espaço de actividades educativas equivalentes ao actual jardim de infância, o que revela um aspecto importante sobre a mentalidade e os sentimentos para com estes rebentos, desde cedo postos em locais de aprendizagem, por forma a familiarizarem-se com os labores e as letras. Para uma visão sobre a idade com que se iniciava a aprendizagem veja-se: (FERREIRA 1998: 33-39; NÓVOA 1987: 506-509). Sobre a idade de frequência do ensino primário elementar obrigatório, ver *Decreto de 2 de Maio de 1878*, in (COLLECÇÃO 1879: 54).

Com estas observações, podemos acentuar que Vila Nova de Cerveira sentiu os efeitos da extinção do concelho em 1895³⁶ e não acolheu investimentos na área da educação dignos de registo, apresentando a rede geográfica mais definhada e rarefeita. A cobertura com escolas exclusivamente femininas manifesta-se, com valores mais destacados, nos municípios de Arcos de Valdevez e Ponte de Lima, com quatro professores cada; Caminha e Monção, ambos tinham cinco; Viana do Castelo registava quinze e os restantes, além do que foi relatado, tinham duas ou três docentes.

Contabilizámos, juntamente com as 45 salas de meninas, outras 23 para ambos os sexos. Deste quadro resulta uma rede com 68 estabelecimentos distribuídos por todas as autarquias, proporcionando às futuras mulheres, no virar da centúria, o acesso aos elementos básicos de ler, escrever e contar, além dos respectivos labores.

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR EM 1900

O estudo conjunto do volume de jovens em idade de frequência escolar³⁷, dos seis aos catorze anos³⁸, e do número de locais de aprendizagem, no ano de 1900, por concelho, permite-nos construir uma variável onde se analise o rácio de crianças por professor e, ainda, no contexto do distrito, observar o peso relativo da população estudantil de cada autarquia.

Para um grupo etário em idade de frequência das aulas, cujo total no Alto-Minho é de 40617, a relação de aprendizes por escola ronda, em média, os 157 alunos. Vila Nova de Cerveira tem menos de 1700 crianças, neste conjunto, servidas por sete docentes das primeiras letras e ocupa o último lugar com mais de 240 candidatos por sala. Tais valores confirmam a parcimoniosa cobertura do respectivo município. Ponte

36 Concelho extinto em 12 de Julho de 1895, foi integrado nos seus congéneres vizinhos de Caminha e Valença. O Decreto de 13 de Janeiro de 1898 restaura este e outros municípios, num total de 51 distribuídos por todo o Reino.

37 D. António da Costa calculou, para o ano de 1867, o número total de estudantes e a população em idade escolar, dos 7 aos 15, tendo concluído que cerca de 17% tinham o perfil de alunos in (COSTA 1900: 265)

38 Anotámos a existência de alunos a frequentar estabelecimentos com 4 anos de idade, todavia, só contabilizámos as crianças a partir dos seis, por ser a fase apontada pelas autoridades para cálculo desta variável.

da Barca, com duas dúzias de sítios de aprendizagem para 2408 jovens, outro espaço de área geográfica reduzida, fica na penúltima posição e forma com Cerveira e Arcos de Valdevez o conjunto de autarquias mais empobrecido neste domínio, o que lhes confere o perfil de espaços do Alto-Minho mais carentes de agentes de alfabetização na transição de oitocentos para o século XX.

Dissemos que na área administrativa de Viana do Castelo havia mais salas de ensino privado do que oficial, mas o número de crianças em idade de frequência educativa representa mais de 33% do distrito. Temos, desta forma, um rácio de população escolar por docente muito elevado, o qual aponta para 197 alunos por classe e confere a este concelho a quarta posição, logo a seguir ao grupo acima referido.

Em Caminha e Paredes de Coura os valores são mais reduzidos, com ambos os espaços servidos por dezanove centros de aprendizagem. A vila da foz do Minho (Caminha) exhibe cerca de 120 estudantes por mestre das primeiras letras, enquanto que a área de Paredes de Coura ostenta a média de 134 aulistas por regente. Estas duas autarquias apresentam as melhores coberturas de apoio à educação pelo abecedário em todo o distrito de Viana do Castelo. Segue-se Valença, onde o total de crianças de ambos os sexos, por docente, é de 159,6 elementos, para um total de dezassete estabelecimentos em 1900, como no quadro 3 apresentámos.

ALFABETIZAÇÃO DE MAIORES DE 5 ANOS SEGUNDO O CENSO DE 1878

As conclusões sublinhadas anteriormente têm como universo toda a população do distrito, donde resulta uma imagem globalizante, pois todas as crianças figuram nestes cálculos gerais e, forçosamente, foram consideradas como destituídas das competências conferidas pelo domínio das letras. Porque os censos de 1900 apontam como alfabetizados os que têm capacidade para a leitura, sem os diferenciar dos que escreviam, organizámos o quadro 4, de onde excluimos os menores de cinco anos, e procedemos a novas análises. Este exercício permite uma visão mais próxima da realidade e a comparação dos resultados com os números existentes para a viragem da centúria, através do respectivo censo.

A abordagem ao sector da alfabetização, em relação ao volume da população com mais de cinco anos, tem implícita a percentagem dos

ignorantes do abecedário, embora não figurem no quadro 4, por desejarmos observar este fenómeno sem repetição das mesmas variáveis.

O sexo masculino letrado, comparativamente ao descrito anteriormente e no concernente aos cômputos, revela poucas modificações neste grupo, mas as percentagens para cada espaço concelhio mostram uma faceta nova na hierarquia dos valores, sobretudo para o de Monção, onde os números de leitores engrossou o volume de alfabetizados.

Ao dispormos os rácios por ordem decrescente, apurámos para Cerveira, Valença e Caminha a existência de mais de cinquenta e quatro por cento de homens leitores e uma média do distrito posicionada nos 45,2% contra os restantes analfabetos, como se ilustra através do quadro seguinte.

QUADRO 4

Alfabetização de maiores de cinco anos por sexo e concelhos do Alto Minho em 1878

Concelhos	Sexo masculino			Sexo feminino			Totais		
	Total	Alfabet.	%	Total	Alfabet.	%	Total	Alfabet.	%
Arcos	11098	3621	32,6	14531	722	5,0	25629	4343	16,9
Caminha	5112	2783	54,4	6976	630	9,0	12088	3413	28,3
Melgaço	5539	2192	38,4	7249	233	3,2	12788	2425	19,0
Monção	8592	4276	49,8	11508	448	3,9	20100	4724	23,5
Paredes	4551	2095	46,0	5914	230	3,9	10465	2325	22,2
P. Barca	4952	1906	38,5	5898	156	2,6	10850	2062	19,0
P. Lima	12035	5079	42,2	15460	911	5,9	27495	5990	21,8
Valença	5704	3259	57,1	7059	609	8,6	12763	3868	30,3
Viana	15790	7448	47,2	20480	1693	8,3	36270	9141	25,2
Cerveira	3581	2088	58,3	4890	352	7,2	8471	2440	28,8
Totais	76954	34747	45,2	99965	5984	6,0	176919	40731	23,0

FONTE: Censo: 1878

Em Paredes de Coura, Viana do Castelo e Monção os valores posicionam-se acima da média relativa ao Alto-Minho, enquanto que os indicadores mais baixos correspondem aos 32,6% de letrados de Arcos de Valdevez. Surpreendente é o facto de existir em Valença, Cerveira e Caminha uma margem percentual favorável aos leitores do sexo masculino, aos quais se junta Monção, um grupo de concelhos da Ribeira Minho, com uma mancha densa na cartografia da cultura letrada masculina em 1878, no distrito de Viana do Castelo.

O género feminino, maior de cinco anos, continua a mostrar uma distribuição com poucas alterações do cenário apontado, relativamente a toda a população, havendo mais mulheres habilitadas para a leitura em Viana, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez. O primeiro município tem 1693 alfabetizadas e o segundo 911, enquanto que na área do rio Vez elas apresentam valores próximas dos cálculos globais de pequenos concelhos como Caminha e Cerveira, estes dois na casa das seis centenas de eruditas e os Arcos com 722 senhoras instruídas, umas sabiam ler e outras tinham capacidade para a comunicação escrita.

Se trabalharmos com rácios, inferimos que as mulheres apontam para os seis por cento, contra as restantes noventa e quatro ignorantes em cada cem. Os valores, no respeitante à população feminina e relativamente aos de cada autarquia, mostram-nos a posição hegemónica das senhoras de Caminha com 9% de escolarizadas, seguidas pelas de Valença e de Viana do Castelo, na casa dos oito pontos. Cerveira, que liderou face ao masculino, encontra-se acima da média do distrito, com 7,2%. Assim, apurámos maior taxa de homens instruídos em Vila Nova de Cerveira, Valença e Caminha, enquanto que as senhoras comandam nestes dois últimos espaços geográficos e em Viana do Castelo.

Concluimos que o Alto-Minho, em 1878, é habitado por 23% de leitores, sendo os restantes apontados como incultos. A liderança das percentagens relativas à população de cada concelho mostra-nos, no todo — homens e mulheres com mais de cinco anos — Valença à cabeça com mais de trinta pessoas em cada cem detentoras de capacidade para ler um texto³⁹, seguindo-se os de Cerveira e de Caminha, com pouco mais de vinte e oito elementos nas mesmas condições. Cabem, ao concelho de Viana do Castelo, 25,2%, enquanto que os de Monção também passam ligeiramente a média do distrito. Todos os outros municípios, com destaque para o de Arcos de Valdevez, Melgaço e Ponte da Barca, estão na cauda da literacia do Alto-Minho, no início do último quartel de oitocentos. Estes espaços apresentam-se com menos de vinte por cento de almas capazes de comunicar pelo escrito.

39 Sobre o conceito de analfabetismo, ou seja, dos paradoxos da alfabetização e da capacidade de quem escreve pode ler, veja-se, entre outros, FRAGO: 1999; AA.VV.: 1990; BROTEL: 1993.

ALFABETIZAÇÃO NOS FINAIS DE OITOCENTOS

O censo da população relativo ao trânsito da centúria apresenta os números por sexo, estado civil e instrução de cada freguesia, o que facultava a elaboração de listas com todas as localidades em estudo (CENSO 1905: 218-233). Um outro tratamento destes algarismos surge no âmbito de cada espaço municipal, o que permite uma visão por anos de idade, até aos catorze, em três grupos etários e, a partir dos quinze, uma divisão por quinquênios. Com tais elementos, fizemos uma análise aos dados colhidos por freguesias, observando toda a população. Abordámos, ainda, o grupo de maiores de cinco anos de ambos os sexos, por concelhos e «*instrução*».

MAIORES DE CINCO ANOS ALFABETIZADOS EM 1900

A visão de conjunto revela grandes alterações na demografia dos habilitados com conhecimentos das letras, quando contabilizamos os maiores de cinco anos, como fizemos relativamente ao censo de 1878. Usámos para análise o quadro 5, onde distribuímos os vários espaços geográficos do distrito.

O que nos é dado a observar neste exercício altera a imagem descrita sobre a instrução no trânsito da centúria, pois a alfabetização no Alto-Minho, em relação às pessoas que se encontram em idade de poderem usufruir de ensinamentos escolarizados, os maiores de cinco anos, aponta para vinte e seis pessoas em cada cem. O quadro referido regista os totais de indivíduos por sexo e os que sabiam ler, omitindo os analfabetos, que correspondem à diferença entre os dois valores, como fizemos para a década de setenta e a partir do respectivo censo da população.

Ao vermos o fenómeno por sexos, temos, para o masculino, uma taxa superior a quarenta e seis pessoas capazes de interpretar um texto, por cada cem varões, valor que sobressalta ao compará-lo com os resultados conhecidos para o Continente. No concernente a cada espaço concelhio, a distribuição surpreende-nos quando descobrimos que os homens de Caminha lideram esta variável, com 61,7% de leitores do respectivo sexo ⁴⁰,

40 Lembramos, de novo, que este concelho contribuiu com elevados fluxos de emigrantes no decorrer do século XIX, o que poderá ajudar a explicar este estado de cultura letrada no masculino.

seguidos pelos de Viana do Castelo. Se a vila da foz do Minho (Caminha) está na vanguarda da ilustração, a área que forma o cordão separador de Portugal com a Galiza continua a registar elevados índices de literacia, embora Monção fique nos 48,7% e Melgaço mais baixo cinco pontos percentuais. Dos restantes, devemos advertir que os indicadores mais definidos da cultura letrada pertencem aos três municípios da Ribeira-Lima: Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, cabendo a estes dois últimos um índice de analfabetismo situado acima dos sessenta e seis pontos.

QUADRO 5

Alfabetização de maiores de cinco anos por sexo e concelhos do Alto-Minho em 1900

Concelhos	Sexo masculino			Sexo feminino			Totais		
	Total	Lêem	%	Total	Lêem	%	Total	Lêem	%
Arcos	12374	4139	33,4	15987	987	6,2	28361	5126	18,1
Caminha	5151	3179	61,7	7888	1788	22,7	13039	4967	38,1
Melgaço	5620	2436	43,3	7806	533	6,8	13426	2969	22,1
Monção	9620	4685	48,7	12969	891	6,9	22589	5576	24,7
Paredes	5088	2302	45,2	6360	458	7,2	11448	2760	24,1
P. Barca	4964	1635	32,9	6431	421	6,5	11395	2056	18,0
P. Lima	12976	5228	40,3	16524	1275	7,7	29500	6503	22,0
Valença	5700	2886	50,6	7493	846	11,3	13193	3732	28,3
Viana	17575	9850	56,0	23177	3952	17,1	40752	13802	33,9
Cerveira	3396	1724	50,8	5048	749	14,8	8444	2473	29,3
Totais	82464	38064	46,2	109683	11900	10,8	192147	49964	26,0

FONTE: Censo: 1905

Concluimos que o fenómeno da alfabetização não exprime uma cobertura regular, além de existir uma variação bastante considerável em cerca de vinte anos. Se a tendência de crescimento não é muito expressiva relativamente a todo o distrito, assistimos à modificação da cartografia da alfabetização masculina.

No género feminino, a média deste sexo projecta-se para 10,8%, o que representa um aumento de mais de quatro pontos, relativamente ao censo de 1878, evolução explicável através do investimento na escolarização das mulheres, como comprovámos.

Podemos ver esta evolução bem patenteada na área Caminha, onde há 22,7% senhoras habilitadas para a leitura, e na de Viana do Caste-

lo, concelho representado por 17,1% damas cultivadas com o abecedário. Foi nestas duas autarquias que ocorreu uma melhoria acentuada no sector da cultura do escrito, tendo duplicado o valor percentual relativo às décadas anteriores. Com uma taxa notória, também se exhibe a área de Vila Nova de Cerveira, terras onde as mulheres ilustradas detêm perto de quinze pontos, quando em 1878 eram com pouco mais de sete em cada cem elementos deste sexo.

Em jeito de remate, devemos acentuar que o feminino teve um impulso assinalável, pois quase todas as áreas municipais beneficiaram de um investimento no sector do ensino, donde resultou a duplicação das percentagens de leitoras maiores de cinco anos, entre estes dois censos (1878-1900), mas os Arcos de Valdevez e Ponte de Lima só registaram uma ligeira progressão, o que faz destas terras, juntamente com Ponte da Barca, Paredes de Coura, Melgaço e Monção, as áreas com maiores taxas de analfabetismo de mulheres. As restantes, Caminha, Viana, Vila Nova de Cerveira e Valença, na viragem da centúria, como acontecia anteriormente, continuam na vanguarda da instrução deste género.

No conjunto, para homens e senhoras maiores de cinco anos, temos 26% de pessoas capazes de comunicar pelo abecedário, quando em 1878 havia uma taxa com menos três pontos percentuais. Em relação a cada município e à população em análise, não houve crescimento de «instruídas» em Ponte da Barca e em Valença, terras onde os rácios diminuíram. Mas, maior impulso da escolarização ocorreu nos concelhos de Viana e de Caminha, tendo os números crescido mais de oito por cento.

DENSIDADE DO PARQUE ESCOLAR ENTRE OS CENSOS

Analisámos as oscilações das taxas de instrução e descobrimos que os mesmos ritmos não se mantiveram em todos os concelhos, além das manchas cartográficas variarem no tempo e nos vários espaços geográficos. Vejamos, agora, o parque escolar por áreas e a população em idade de frequência escolar por locais de aprendizagem, quer em 1878, quer no final do século, para observarmos a relação entre os indicadores de alfabetização apontados e a malha de estabelecimentos de instrução.

O quadro 6, elaborado com os dados relativos aos professores existentes no início da década de 1870, permite inferir que Viana do Castelo, Ponte de Lima e Valença ostentam bons resultados de implantação de

casas de ensino. Quando estabelecemos a relação entre salas de aula e a superfície de cada município, apurámos que as autarquias distendidas desde Viana do Castelo até Valença, juntamente com Paredes de Coura, exibiam uma rede mais densa, tendo beneficiado de mais docentes por km². Este cenário ajuda a explicar a existência de elevados índices de instrução masculina em Cerveira, Valença e Caminha, de acordo com o censo de 1878, pois a razão entre a população em idade de escolarização e a cobertura com estabelecimentos de ensino é mais favorável às referidas áreas, cuja liderança, com 167 crianças neste escalão etário, cabe aos naturais de Paredes de Coura. Este último espaço geográfico, onde havia treze mestres das primeiras letras, não registou indicadores de alfabetização masculina elevados. Ao contrário deste cenário, todos os outros concelhos aparecem na liderança, com evidência para Caminha, Cerveira e Valença, no tocante às escolas por população em idade de frequência e superfície do território, com uma malha de cobertura compacta. Note-se, como se prova através do quadro 6, a existência de municípios de menor dimensão geográfica, pela ordem seguinte: Cerveira, Valença, Caminha e Paredes de Coura.

Esta seriação não se constata na passagem do século, porque se operam alterações na cobertura do Alto-Minho, com o aumento do número de docentes, ao mesmo tempo que a lógica se inverte no concernente à

QUADRO 6

Escolas do Alto Minho em 1878 e população em idade de frequência escolar ()*

Concelho	Parque escolar			Área Km ² (II)	Rácio (II/I)	População 6 a 15 anos			Rácio (III/I)
	Oficial	Privado	Total (I)			Masc	Fem.	Total (III)	
Arcos	8	?	8	460,4	57,5	2714	2710	5424	678
Caminha	7	3	10	129,5	12,9	1310	1238	2548	255
Melgaço	5	2	7	235,5	33,6	1102	1430	2532	362
Monção	10	1	11	207,1	18,8	2185	2139	4324	393
Paredes	3	10	13	137,7	10,6	1080	1094	2174	167
P. Barca	8	?	8	189,4	23,7	1097	1058	2155	269
P. Lima	12	8	20	322,3	16,1	2944	2904	5848	292
Valença	10	5	15	115,0	7,7	1325	1268	2593	173
Viana	13	23	36	318,9	8,9	3828	3993	7821	217
Cerveira	4	6	10	105,5	10,6	907	836	1743	174
Totais	80	58	138	2221,3	16,1	18492	18670	37162	269

FONTES: Ver quadros anteriores e Censo: 1878.

(*) O parque escolar representa a rede existente no ano de lectivo de 1870/1871.

implantação de escolas particulares e públicas, quando comparadas as redes em 1860 e 1900. Os professores oficiais duplicam em relação aos da década de setenta, donde resulta uma nova imagem na distribuição de paróquias com docentes das primeiras letras por cada área municipal.

A densidade do parque do Alto-Minho é de uma classe por 8,6 km². Viana patenteia uma mancha bem preenchida, com a média de um mestre por cada 3,8 km². Também existe um cenário muito favorável para Valença, Caminha e Paredes de Coura, onde todos estão contemplados com um local de ensino para uma área inferior a 7 km². Se os Arcos de Valdevez triplicaram o número de estabelecimentos, a maior parte duplicou, mas o crescimento da rede em Ponte da Barca continua pouco expressiva, assim como em Monção e em Valença. A única exceção ocorre relativamente a Cerveira, onde diminuiu o cômputo de agentes da literacia por área em 1900.

QUADRO 7

Escolas do Alto Minho em 1900 e população em idade de frequência escolar

Concelho	Parque escolar			Área Km ² (II)	Rácio (II/I)	População 6 a 15 anos			Rácio (III/I)
	Oficial	Privado	Total (I)			Masc	Fem.	Total (III)	
Arcos	17	10	27	460,4	17,0	2949	2956	5905	218
Caminha	15	4	19	129,5	6,8	1299	1368	2667	140
Melgaço	17	2	19	235,5	12,4	1311	1281	2592	136
Monção	13	1	14	207,1	14,8	2420	2379	4799	342
Paredes	15	10	25	137,7	5,5	1285	1270	2555	102
P. Barca	10	2	12	189,4	15,8	1131	1177	2308	192
P. Lima	20	15	35	322,3	9,2	3298	3124	6422	183
Valença	12	5	17	115,0	6,8	1358	1353	2711	159
Viana	38	45	83	318,9	3,8	4483	4394	8877	107
Cerveira	7	0	7	105,5	15,1	860	822	1682	240
Totais	164	94	258	2221,3	8,6	20394	20124	40518	157

FONTE: Ver os censos e as fontes citados anteriormente.

Do panorama descrito, a liderança da escolarização, relativamente ao rácio escola por km², cabe ao concelho de Viana do Castelo, secundado por Paredes de Coura, Caminha e Valença, como tínhamos sublinhado. Além de todo o investimento no concelho de Arcos de Valdevez, este município fica marcado pelo posicionamento na cauda da hierarquia dos valores, a que se juntam Ponte da Barca e Vila Nova de Cer-

veira, estes dois com uma escola a cobrir, em média, cerca de 15km². O último espaço geográfico (Cerveira), mercê do investimento anterior, continua a registar uma percentagem elevada de alfabetizados do sexo masculino em 1900, situação que deve estar na origem da instrução dos mais idosos, já que o efeito da escolarização repercutir-se-á nas gerações seguintes, por isso acusaram, em 1900, bons índices de instrução, embora o parque escolar fosse diminuto.

A análise à variável demográfica, em que intervém a população em idade de alfabetização e o número de locais de ensino, mostra Paredes de Coura numa posição mais confortável, com 102 jovens por classe, seguindo-se Viana do Castelo com mais cinco crianças. Depois surgem Caminha e Melgaço. Todas as outras áreas detêm um número superior à média do distrito, cabendo a Monção o perfil mais depauperado, com 342 jovens em fase de frequência do ensino, por cada estabelecimento de aprendizagem no final do século.

CONCLUSÕES

Ao longo da centúria de oitocentos, as autoridades solicitaram permanentemente a ampliação do parque escolar. Os próprios Governadores Cívicos, insistentemente, fizeram chegar a sua voz ao poder central mas, até à década de sessenta, o panorama educativo e de alfabetização mostrou-se favorável no distrito de Viana do Castelo, onde a procura da escola acompanhou o fenómeno migratório, como os próprios detentores do poder sublinharam. A cobertura da rede educativa era feita, em grande medida, pelos agentes particulares, identificados por professores «livres».

A década de setenta foi pródiga na evolução da cobertura oficial, especialmente em Ponte da Barca e em Valença, áreas onde o total de salas de aula duplicou. A malha aparece mais densa devido ao preenchimento de lugares criados para professores oficiais credenciados pelo estado. Ao contrário, se exceptuarmos o que ocorreu em Caminha e Melgaço, a diminuição da rede de escolas livres foi muito pronunciada, apontando para o fecho de 40% destas escolas livres. Estes números foram superados pelas novas localidades com docente do sector público, o que evidencia a existência uma resposta conjuntural destes professores com «*habilitações suficientes*», sempre dependentes da procura de saberes letrados. Assim, os adolescentes tinham acesso a habilitações deste grau de conhecimentos, aprendendo a «*ler, escrever e contar*».

Ao longo de quatro décadas, o Alto-Minho assistiu ao crescimento do parque educativo oficial, movimento que quase triplicou, mas, o total de educadores não sofreu um incremento muito elevado. Quando foram colocados professores do sector público nessas terras com agentes pagos pelos pais dos alunos, muitas classes particulares fecharam, devido à «concorrência» estatal e por falta de preparação académica destes mestres privados. O desenvolvimento foi mais significativo nas freguesias de Viana do Castelo, contudo, o ritmo rondou a média de duas novas escolas por ano, se considerarmos que entre 1860 e 1900 foram implantadas mais oitenta e dois estabelecimentos de ambos os modelos, o público⁴¹ e o ensino *livre*.

No último quartel de oitocentos, foi dada mais atenção ao sector feminino, se atentarmos na existência de quatro dezenas e meia de espaços pedagógicos, além das escolas mistas, para rapazes e meninas, sítios onde também elas tinham acesso à cultura do escrito.

Deve-se, sobretudo, aos professores de ensino de carácter privado, o impulso da alfabetização, como se evidencia através da relação existente entre os indicadores de literacia em 1878 e número de docentes não estatais a leccionar em 1860. Mesmo assim, alguma aldeias, onde tais infra-estruturas de instrução não são visíveis, exibem mais de 40 varões em cada cem capazes de ler e escrever, como acontecia nos Arcos de Valdevez⁴². As freguesias onde não descobrimos a presença de agentes do abecedário e outros líderes de opinião, como os membros da Igre-

41 O decreto de 31 de Outubro de 1895 e a lista de novos estabelecimentos revelam as áreas menos beneficiadas. Daqui resultou a criação das seguintes escolas no Alto-Minho: Arcos de Valdevez, uma em Padroso para o sexo masculino; Ponte da Barca, uma em Azias para rapazes; Valença, outra para o mesmo sexo; Viana do Castelo auferiu dos serviços de uma em Freixieiro de Soutelo, também para varões. Um outro concurso, aberto em 30 de Dezembro do mesmo ano, amplia, com novas onze casas de ensino, o parque do distrito de Viana, assim distribuídas: Arcos, uma mista em Gondoriz; Paredes de Coura, três para homens em: Romarigães, Linhares e Bico; Ponte da Barca acolheu uma em Vade São Tomé, para o mesmo sexo; Ponte de Lima foi premiada com duas para mulheres, em Freixo e Refoios; Valença, também para raparigas, foi contemplada em Ganfei; Viana do Castelo albergou uma em Darque, para as donzelas, e mais duas para os adolescentes, em Serreleis e Deão. (COLLECÇÃO 1896: 893 e 997-998).

42 Referimo-nos às paróquias de Ázere, Eiras e Oliveira que apresentam uma percentagem situada entre 38,3% e 41,7%, em 1878. Se estas terras não figuram com egressos depois de 1834, podiam os seus fregueses ter acesso à aprendizagem do abecedário por outros meios, como a frequência de locais de ensino noutras freguesias, contudo, em 1900 estas terras detêm valores muito modestos de alfabetizadas, entre 21 e 36,7%, respectivamente.

ja, ostentam números mais parcimoniosos de paroquianos detentores de cultura letrada, acusando o efeito da ausência destes centros de aprendizagem.

Por fim —depois do que foi apontado para as paróquias dos vários concelhos e observando o número de estabelecimentos de ambos os tipos, por área de cada autarquia, e as salas de aprendizagem, por população em idade de frequência— concluiu-se que Valença, Viana do Castelo, Paredes de Coura e Cerveira, em 1878, beneficiavam de um bom parque de estabelecimentos de ensino, cujo rácio estava situada entre os 7,7 km² e 10,6 km² por escola, da mesma forma como a população de ambos os sexos por professor apontava para os 167 alunos em Paredes e os 217 em Viana do Castelo, quando a média do distrito rondava as 269 crianças por mestre das primeiras letras. Estes cálculos alteraram-se no final de oitocentos. Nesta data, Vila Nova de Cerveira ficou na cauda do número de aulas por área, juntando-se a Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, autarquias com mais de 15 km² por agente de instrução, quando o rácio ao nível do Alto-Minho apontava para uma distribuição de estabelecimentos por cada 8,6 km².

O impacto desta rede em Viana do Castelo e Paredes de Coura é de salientar, pois a malha era muito densa, com destaque para o primeiro município, onde havia, em média, um agente por cada 3,8 km². A densidade da população escolar nestes dois concelhos era inferior a 110 almas de ambos os sexos por docente, quando a média distrital ficava nas 157 crianças.

As condições de acesso à cultura escolarizada alteraram-se radicalmente em Melgaço e Cerveira, tendo este concelho perdido a capacidade de instrução dos seus habitantes, enquanto que Melgaço aumentou o parque escolar e baixou o rácio de alunos por professor no final da centúria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV., (1992): *Leer y escribir en España. Doscientos años de alfabetización* bajo la dirección de ESCOLANO, Agustín-Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- ADÃO, Áurea (1997): *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras, Escolas Régias (1772-1794)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- ANUÁRIO *Estatístico de Portugal 1885*, (1897): Lisboa, Imprensa Nacional.
- BROTEL, Jean-François (1993) *Libros, Prensa y Lectura en la España del siglo XIX*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- CAPELA, José Viriato Eiras (1987): *Entre Douro e Minho, 1750-1830. Finanças, Administração e Bloqueamentos Estruturais no Portugal Moderno*, (3 volumes dactilopolicopiados), Braga, Universidade do Minho.
- CENSO *da População do Reino de Portugal de 1900*, vol. 1 (1905): Lisboa, Imprensa Nacional
- COELHO, Eusébio Cândido C. P. Furtado (1861): *Estatística do Districto de Vianna do Castello*, Lisboa, Imprensa Nacional,
- COLLECCÃO *Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1878* (1879): Lisboa, Imprensa Nacional.
- COLLECCÃO *Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1895* (1896): Lisboa, Imprensa Nacional.
- COSTA, D. António da (1900): *Historia da Instrucção Popular em Portugal, desde a Fundação da Monarchia até aos nossos Dias*, 2ª edição, Porto, Antonio Figueirinhas.
- CRUZ, António (1970): *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do Século XVIII, Plano de Descrição e Subsídios de Custódio José Gomes Vilas-Boas*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos.
- FERREIRA, António Gomes: «Idade de aprender e desencontros sobre o início da instrução das crianças do século XVIII» (1998): in *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil, 1500-1970*, «Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação», vol. II, Porto, Sociedade de Ciências da educação.
- FRAGO, Antonio Viñao (1999): *Leer y escribir, Historia de dos prácticas culturales*, México, Fundación Educación.
- FREITAS, J.J. Rodrigues de (1867): *Notice sur le Portugal*, Paris, Imp. Paul Dupont.
- GABRIEL, Narciso de (1990): *Leer, escribir y contar, escolarización popular y sociedad en Galicia (1875-1900)*, A Coruña, Ediciós do Castro.
- NÓVOA, António (1987): *Les Temps des Professeurs*, vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- RELATÓRIOS *sobre o Estado da Administração Publica nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856*, Governo Civil do Districto Administrativo de Viana do Castello (1857): Lisboa, Imprensa Nacional.
- RELATÓRIOS *sobre o Estado da Administração Publica nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1857*, Governo Civil do Districto Administrativo de Viana do Castello (1858): Lisboa, Imprensa Nacional.
- RELATÓRIOS *sobre o Estado da Administração Publica nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1858*, Governo Civil do Districto Administrativo de Viana do Castello (1859): Lisboa, Imprensa Nacional.

- ROCHA, Manuel Inácio (1996): *O Real Colégio das Chagas, Instrução de Meninas em Viana, 1778-1884*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo/Centro de Estudos Regionais.
- RODRIGUES, Henrique (1994a): *O Espaço Geográfico da Ribeira Lima na Reforma Administrativa de 1832-36*, Separata de «Estudos Regionais» n° XIII/XIV, Viana do Castelo.
- RODRIGUES, Henrique (1994b): *Alunos Examinados no Liceu de Viana do Castelo em 1861 para ingresso no Seminário de Braga, Reflexos do Regalismo*, Separata de «Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora», Évora, Universidade Católica.
- RODRIGUES, Henrique (1995a): *Emigração e Alfabetização, o Alto-Minho e a Miragem do Brasil*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo.
- RODRIGUES, Henrique (1995b): *Escola e Família no Alto-Minho, séculos XVIII-XIX*, separata de «Revista Memória», vol. 2, Ano 2, Viana do Castelo, Instituto Católico de Viana do Castelo.
- RODRIGUES, Henrique Fernandes (1998): *Alfabetização/ Escolarização no Contexto da Emigração para o Brasil no séc. XIX*, Separata de *Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil, 1500-1970, Política-mentalidades, Práticas Educativas*, volume II, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação
- RODRIGUES, Henrique Fernandes (2003): *Alto-Minho no Século XIX, contextos migratórios, sócio-culturais e familiares*. Porto: Faculdade de Letras (dissertação de doutoramento dois tomos+cdrom).
- VAQUINHAS, Irene (2000): «Alguns Aspectos da Vida Quotidiana num Colégio Feminino no Século XIX: O Caso do Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra (1874-1880)», in «*Mulheres e Senhoras*» na *Sociedade Portuguesa do Século XIX*, Lisboa, Edições Colibri.